

Desafios e oportunidades do turismo na Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaráira (RN): concepções de análise a partir do conselho gestor

Challenges and opportunities of tourism in the area of environmental protection from Bonfim-Guaráira (RN): conceptions of analysis from the managing council

Desafíos y oportunidades de turismo en el Área De Protección Ambiental Bonfim-Guaráira (RN): conceptos de análisis de la junta directiva

Itamara Lúcia da Fonseca¹
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega²

Este artigo foi recebido em 4 de julho de 2019 e aprovado em 25 de janeiro de 2021

Resumo: O artigo tem como objetivo principal analisar as potencialidades e desafios de planejamento do turismo na Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaráira – APABG (Estado do Rio Grande do Norte), sob a ótica do conselho gestor. A metodologia utilizada foi do tipo exploratória descritiva e abordagem qualitativa, em que a técnica de coleta de dados se estruturou por meio de entrevistas com roteiros semi-estruturados. Os resultados da pesquisa indicam que apesar dos elementos potenciais de desenvolvimento do turismo na APABG, os entraves existentes se sobressaem e complexificam o alcance do planejamento orientado do turismo, tendo na ausência de articulação de diferentes *stakeholders*, uma das principais causas limitantes no avanço propositivo socioambiental e turístico da área.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental. Planejamento. Turismo. Conselho gestor.

Abstract: *The main objective of the article is to analyze the potential and challenges of tourism planning in the Environmental Protection Area of Bonfim-Guaráira - APABG (State of Rio Grande do Norte), from the perspective of the management council. The methodology used was of the exploratory descriptive type and qualitative approach, in which the data collection technique was structured through interviews with semi-structured scripts. The research results indicate that despite the potential elements of tourism development at APABG, the existing barriers stand out and complex the scope of tourism-oriented planning, having in the absence of articulation of different stakeholders, one of the main limiting causes in the propositional socio-environmental advance and tourist area.*

Keywords: *Environmental Protection Area. Planning. Tourism. Management council.*

Resumen: *El objetivo principal del artículo es analizar el potencial y los desafíos de la planificación turística en el Área de Protección Ambiental Bonfim-Guaráira - APABG (Estado de Río Grande del Norte), desde la perspectiva del consejo de administración. La metodología utilizada fue del tipo descriptivo exploratorio y el enfoque cualitativo, en el que la técnica de recolección de datos se estructuraba mediante entrevistas con guiones semiestructurados. Los resultados de la investigación indican que, a pesar de los elementos potenciales del desarrollo turístico en APABG, las barreras existentes destacan y complejan el alcance de la planificación orientada al turismo, ya que en ausencia de la articulación de diferentes partes interesadas, una de las principales causas limitantes en el avance socio-ambiental proposicional y zona turística.*

Palabras clave: *Área de Protección Ambiental. Planificación. Turismo. Consejo de administración.*

¹**Formação/curso:** Doutoranda em Turismo pelo Programa de Pós-graduação em Turismo/UFRN. **Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, Natal – RN, Brasil. **E-mail:** itamaralf@hotmail.com.

²**Formação/curso:** Doutor em Ciências Sócio Ambientais pela Universidade Federal do Pará – NAEA / UFPA. **Instituição:** Docente da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, Natal, RN, Brasil. **E-mail:** wilkernobrega@yahoo.com.br.

1 Introdução

No decorrer dos últimos vinte anos, mais especificamente a partir de 1990, a problemática relacionada ao meio ambiente e sua preservação passou a ser objeto de recorrentes debates mundiais (WHITE; HECKENBERG, 2014), pelo reconhecimento de condutas sociopolíticas e antrópicas inadequadas que alertaram para a necessidade de novos posicionamentos sociais.

No Brasil, as áreas denominadas como de “uso sustentável” que permitem a realização de diferentes práticas nos seus espaços, ainda não encontraram ampla compreensão nas economias nacionais no que tange as potencialidades existentes na relação entre turismo e meio ambiente, sendo uma das principais causas desse contexto a falta de informações sistematizadas para esclarecer para a sociedade o papel relevante que essa atividade pode assumir no provimento de bens, serviços e na valorização ecossistêmica dos locais (MEDEIROS et al., 2011).

Nesse sentido, Farreall e Mclellan (1987) enfatizam que o turismo e seu desenvolvimento estão fortemente ligados ao ambiente físico, compondo um sistema em que as forças culturais incluem o meio ambiente, valores, o mercado e a indústria do turismo. Por essa perspectiva, pesquisas recentes evidenciam os benefícios da visitação em áreas protegidas e o potencial de soluções baseadas na natureza para mitigar pressões socioeconômicas relativas ao contexto dos territórios (SOUZA; SIMÕES, 2018; MANDIC´, 2019).

Partindo dessa premissa, o planejamento das Áreas Naturais Protegidas (ANP's) é um dos aspectos mais determinantes para direcionar o futuro desses espaços, como afirma Cruz (2006, p. 343):

[...] O planejamento regional do turismo pode significar, para muitas municipalidades, a única possibilidade de inserção no seletorol de lugares que conseguiram fazer do turismo um instrumento de seu desenvolvimento econômico e social, já que a presença de um atrativo ou de um conjunto de atrativos nem sempre é capaz de mobilizar fluxos de turistas.

Desse modo, a construção de um planejamento turístico bem estruturado que atenda a realidade local das ANP's, é fundamental para estabelecer um suporte adequado ao gerenciamento ambiental e traçar diretrizes diante de contextos de coexistência, uma vez que essa dinâmica requer “ordenar as ações do homem sobre o território e ocupar-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando assim, efeitos negativos nos recursos como destruição e a redução de sua atratividade” (RUSCHMANN, 1997, p. 9).

Buscando enfatizar essa perspectiva, o presente estudo aborda o contexto da Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaráira (APABG) localizada no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil, que se caracteriza como uma das maiores áreas protegidas do estado (com cobertura

superior a 42 mil hectares), cujas principais atividades desenvolvidas são o cultivo de camarão, cana-de-açúcar e a prática de atividades turísticas (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, 2020). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consiste em analisar as potencialidades e desafios de planejamento do turismo sob a ótica do conselho gestor (instância de ordem deliberativa) da APABG, na intenção de identificar elementos que possam estar interferindo no avanço da atividade turística e por consequência no seu desenvolvimento.

Os procedimentos metodológicos foram definidos com base na abordagem qualitativa e no caráter exploratório descritivo do estudo, sendo a pesquisa de campo realizada nos meses de agosto de 2016 a fevereiro de 2017, tendo como participantes os membros do conselho gestor da APABG, em que os aspectos investigados focalizaram a percepção de entraves e impactos no contexto da unidade, bem como nas oportunidades de avanço para o turismo local.

Assim, a estrutura do artigo é constituída por seções que contemplam a revisão de literatura, seguido pela metodologia, discussão dos resultados da pesquisa e considerações finais. Na primeira seção são traçadas considerações acerca das áreas naturais protegidas no Brasil, sua representatividade no contexto ambiental e as ameaças que incidem na conservação dos ecossistemas. A segunda seção aborda a relação entre o turismo e as áreas protegidas, discutindo o papel socioambiental da atividade e suas perspectivas de planejamento. Posteriormente, apresenta-se o detalhamento da metodologia e em seguida parte-se para os resultados da pesquisa, os quais, em suma, revelaram diversas ocorrências de atividades recreativas desordenadas, falta de atuação de atores sociais e órgãos públicos locais, bem como possibilidades de transformação a partir da reorganização de diferentes práticas socioambientais locais.

2 Considerações sobre as Áreas Naturais Protegidas

A criação e manutenção de áreas naturais protegidas são estratégias indispensáveis de conservação global. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) representa uma das definições de maior relevância no âmbito regulatório de viabilidade legal para proteção de áreas com grande relevância ambiental, traduzindo-se na Lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000 (HOSAKA, 2010). Atualmente, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação contabiliza o quantitativo de 2.446 ANP's no país, sendo que deste total 777 (31,77%) são do tipo de proteção integral e 1.669 (68,23%) de uso sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

Essas áreas contemplam significativa parcela do território nacional com intuito de proteger ecossistemas, espécies e meios de vida de populações tradicionais, proporcionando ao Brasil um

destaque na concentração de recursos naturais e conferindo a responsabilidade de proteger três grandes regiões naturais, isto é, a Amazônia, o Pantanal e a Caatinga, bem como a Mata Atlântica e o Cerrado que são dois expressivos *hotspots* da biodiversidade nacional (RYLANDS; BRANDON, 2005).

Nesse contexto, a Revista *Science*, em 31 de maio de 2019, publicou o artigo intitulado *The uncertain future of protected lands and waters* (O futuro incerto de terras e águas protegidas), que apresenta um novo levantamento global das ANPs's relativo às tendências mundiais de retrocessos ambientais protagonizados pelos Estados Unidos e Brasil.

O estudo aponta uma série de eventos de recategorização, redução e extinção das áreas protegidas desses países que são conhecidos internacionalmente pela sigla PADDD (do inglês *Protected Areas Downgrading, Downsizing, and Degazettement*) (GOLDEN KRONER et al., 2019). No Brasil esses eventos estão concentrados principalmente na Amazônia e são, em sua maioria, motivados por projetos de infraestrutura, mineração e agronegócios (WORLDWIDE FUND FOR NATURE, 2019).

Desse modo a plataforma *PADDDTracker* (2020) que monitora as alterações nas ANP's brasileiras, 46 eventos desse tipo no bioma Amazônico foram registrados entre 1988 e 2018, totalizando 14 exclusões, 5 mudanças de categoria e 27 reduções de áreas que afetaram 37 unidades de conservação (27 estaduais e 10 federais). Esse cenário sinaliza os riscos que circulam sobre essas áreas e alertam para o fato de que o turismo é uma das principais atividades com viés econômico presente em áreas protegidas, que pode sofrer sérias consequências com o agravamento desses eventos na Amazônia e em outros espaços com possibilidade de exploração turística.

Para evidenciar o alcance destes eventos, o Quadro 1 detalha a ocorrência desses atos na região do nordeste brasileiro apresentando os tipos dos eventos ocorridos, ano e suas respectivas causas.

Quadro 1. Ocorrências de PADDD no Nordeste do Brasil

Área Protegida	Estado	Tipo de PADDD	Ano do PADDD	Causas
Reserva Biológica Gurupi	MA	Redução promulgada e Extinção proposta	1988 / 2013	Reintegração de Terra / Assentamentos Rurais
Parque Nacional da Chapada das Mesas	MA	Recategorização proposta	2010	Assentamentos Rurais
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	PI, MA e BA	Redução promulgada e Redução proposta	2011/ 2019	Degradação Infraestrutura
Parque Nacional da Serra da Capivara	PI	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba	CE	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Floresta Nacional de	BA	Extinção proposta	2003	Reintegração de terra

Cristópolis				
Parque Nacional da Chapada Diamantina	BA	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Floresta Nacional Contendas do Sincorá	BA	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Área de Proteção Ambiental da Serra do Ouro	BA	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Reserva Extrativista de Cassurubá	BA	Redução promulgada	2019	Reintegração de terra
Parque Nacional da Serra de Itabaiana	SE	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Monumento Natural do Rio São Francisco	AL, BA e SE	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Parque Nacional do Catimbau	PE	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Estação Ecológica de Murici	AL	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Reserva Biológica Guaribas	PB	Redução proposta	2019	Infraestrutura
Estação Ecológica do Castanhão	CE	Redução proposta	2019	Infraestrutura

Fonte: Elaborado pelos autores com base na plataforma PADDTracker (2020)

As informações dispostas revelam a progressiva abertura de áreas no caminho oposto da conversação prevista no SNUC (2000), evidenciando eventos de PADD nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Pernambuco, que ao todo registram 3 reduções promulgadas, 12 reduções propostas, 2 indicações para extinção de áreas e 1 proposta de recategorização.

A força que tais ameaças incidem no contexto dessas áreas ganha apoio na existência de interpretações superficiais quanto ao significado e coerência necessárias de manejo, criando maiores possibilidades de casos de exploração ecossistêmica, conflitos socioambientais, vulnerabilidades políticas e territoriais, culturais e de gestão etc., desafiando a atuação de ambientalistas, governos, organizações nacionais e internacionais na definição de alternativas capazes de gerar suporte contínuo para a gestão das áreas.

Nesse rol, o estado do Rio Grande do Norte possui o total de 19 ANP's, das quais, 6 são de proteção integral e gestão privada (31,58%) e 13 de uso sustentável e gestão pública (68,42%) (MMA, 2020). Juntas, essas áreas cobrem 2.851,67 km² de território sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (MMA, 2020), e compartilham de diferentes e complexas construções sociais. Desse total, 2.219,21 km² correspondem a 4 áreas do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) que representam a maior expressividade de terras delimitadas para a conservação do estado, como é apresentado na figura 1.

Figura 1. Área e número de áreas protegidas por categoria de manejo no RN



Fonte: MMA (2020)

As demais categorias detalhadas seguem em menor extensão territorial nos seguintes quantitativos: 6 Reservas particulares de patrimônio natural, 4 parques, 2 florestas, 1 estação ecológica, 1 reserva extrativista e 1 reserva de desenvolvimento sustentável. Semelhante à realidade de muitas ANP's do Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte (RN) de acordo com o MMA (2020), 12 das 19 áreas protegidas compartilham da inexistência de planos de manejo para orientar as práticas de uso e de atividades no seu interior, que via de regra são de responsabilidade dos conselhos gestores enquanto órgãos de representação. A ausência desse instrumento compromete a dinâmica de planejamento das áreas e inviabiliza a tomada de decisões, criando fragilidades internas e aumentando as chances de prejuízos ambientais.

Nessa perspectiva é possível perceber a necessidade de viabilizar desde o âmbito local, regional e nacional, até o engajamento de diferentes partes interessadas para a melhor definição de estratégias de controle e gestão das áreas, visto que para além dos desafios impostos pelo valor ambiental e econômico assumido por elas, existem contextos paralelos protagonizados por atividades como o turismo, os quais atraem, dentre outros aspectos, a presença de empresas e visitantes para consumir o território e a paisagem local, ocasionando novas formas de uso e ocupação do espaço.

Desse modo, há inúmeros desafios frente ao sistema global de ANP's protegidas que devem ser reavaliadas pelos diferentes grupos e atores sociais para que mesmo em um contexto complexo e contestador, haja processos de gestão adequados e racionais dos recursos naturais. Assim, apresentamos a exploração das correlações que se constroem junto ao turismo e seu planejamento, abordando, a seguir, o contexto e os desdobramentos dessa atividade em áreas protegidas.

2.1 Turismo em áreas naturais protegidas

A partir do aumento do interesse das pessoas por viagens como forma de ocupar o tempo livre e buscar contato com a natureza, as ANP's passaram a ser alvo constante no processo de escolha de novos destinos turísticos (OLIVEIRA; SANTOS JÚNIOR, 2010). Esse contexto decorre dos níveis crescentes de segmentos relacionados ao ecoturismo em comparação com as demais atividades turísticas convencionais, em função da valorização e divulgação de lugares singulares que divergem da exaustão sofrida pelos demais tipos de turismo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2001).

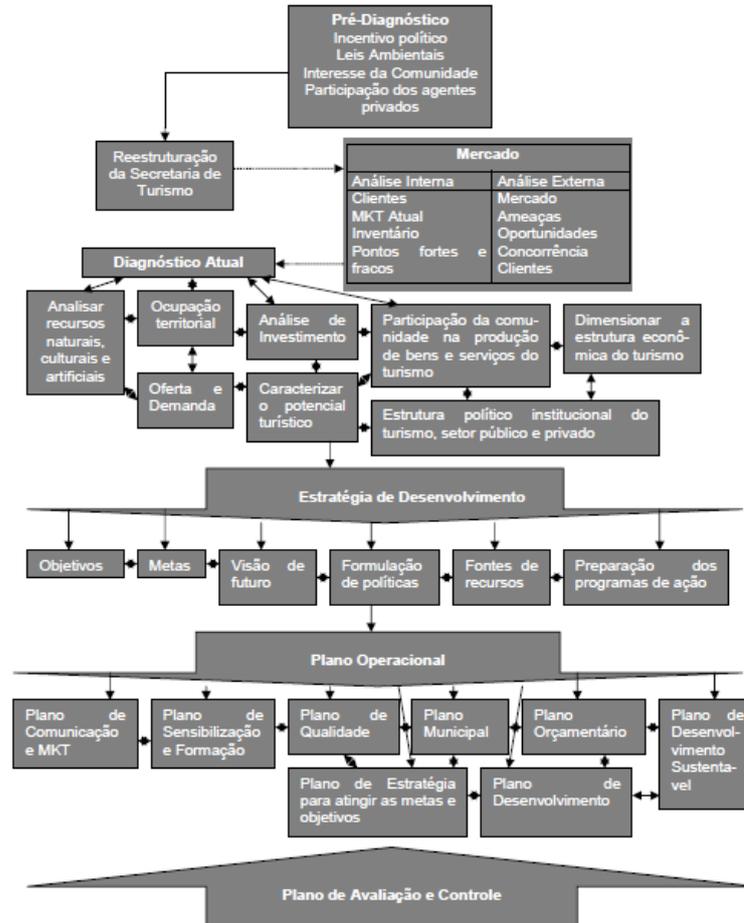
No Brasil, um fato que reforça esse cenário é o significativo crescimento de visitas em ANP's federais no ano de 2017, que totalizou 10,7 milhões, seguidas pelo aumento de 12,4 milhões em 2018 (ICMBio, 2018), resultando na movimentação de aproximadamente 4 bilhões por ano e 43 mil empregos diretos e indiretos (JOLY et al., 2019). Além disso, em 2019 dentre as áreas protegidas com maior número de visitação junto aos parques nacionais, a categoria de APA foi a mais se destacou pela quantidade de visitantes (a exemplo da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis que recebeu cerca de 2mil pessoas) (BREVES, et al., 2020). Somado à lógica, essas áreas são palcos de intensos conflitos potencializados pela presença humana e pelas formas de uso público e ocupação do território, que influenciam nas relações de poder e aprofundam a dependência da efetividade do gerenciamento das áreas.

Nessa perspectiva, Boo (1990) chama atenção para o fato de que os impactos dessa natureza podem ser justificados pelo despreparo compartilhado entre a maioria das áreas protegidas diante do processo de receber a corrente de consumidores que costumam atrair, sinalizando a necessidade de adaptação e reorganização por intermédio de políticas públicas ambientais e de turismo.

Assim, duas características intrínsecas à atividade turística apontadas por Cruz (2006) a diferenciam das demais forças produtivas: a primeira delas é o fato de o turismo constituir antes de qualquer coisa, uma prática social, e a segunda, trata-se de ser o espaço seu principal objeto de consumo. A autora evidencia que são as relações sociais construídas por grupos atuantes nos lugares que definirão em maior ou menor escala a resistência dos locais frente aos contramovimentos trazidos pelo turismo.

Nessa premissa, como condicionante do avanço bem orientado do turismo em áreas protegidas, torna-se urgente definir etapas de planejamento voltadas para práticas socioambientais e econômicas sustentáveis que permitam equilíbrio nessa dinâmica. Por conseguinte, para elucidar um caminho possível, coloca-se em destaque a Figura 2 que apresenta um esquema sequencial de planejamento do turismo em APA's que pode contribuir para a estruturação desses processos.

Figura 2. Planejamento de Turismo Sustentável no Desenvolvimento local de APA's



Fonte: Santos; Abreu; Ferreira Junior (2010)

A estrutura evidencia as etapas essenciais de planejamento turístico, englobando o levantamento de dados sobre a atuação do poder público, mercado, participação comunitária, oferta e demanda local, para a definição posterior de estratégias de desenvolvimento com base em informações que proporcionem a efetivação de planos operacionais. Desse modo, é possível que tais processos integrados oportunizem intervenções administrativas relacionadas à promoção do lazer nas unidades, considerando o melhor controle de impactos e a segurança dos visitantes para o desenvolvimento operacional e financeiro sustentável (SANTOS; OLIVEIRA; PASSOS, 2019).

Daí também se pode extrair a necessidade de entender a atuação dos conselhos gestores como “canais institucionais de expressão dos interesses coletivos, na mediação de conflitos e na construção de consensos” (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 43) voltados à organização das áreas cuja representatividade requer viabilizar soluções para problemas relacionados ao meio ambiente e aos aspectos correlatos.

É essencial considerar ainda que tais articulações devem responder às particularidades e limitações dos espaços, para que seja possível o aperfeiçoamento de ideias e ações que tenham potencial de transformação e interação entre o governo e sociedade, tendo em vista que o desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente (CRUZ, 2006).

Nesse sentido, ainda que reconheçamos que o turismo não constitui apenas uma atividade econômica, mas também uma prática social é um equívoco teórico e de método não entender a concreta subordinação das lógicas espaciais que orientam o desenvolvimento da atividade (CRUZ, 2018).

Assim, levando em conta a dinâmica complexa dessas relações, passa-se, então, a evidenciar o contexto particular da APA Bonfim-Guaráira sobre os entraves e oportunidades produzidos que recaem sobre o processo de desenvolvimento e organização local do turismo.

3 Desenho Metodológico de Pesquisa

O presente estudo se caracteriza como de natureza qualitativa de caráter descritivo exploratório. Para atender o objetivo central da pesquisa, foram definidos como sujeitos participantes os membros do conselho gestor da APABG e realizadas entrevistas com roteiros semi-estruturados entre os meses de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 como instrumentos de coleta de dados.

A pesquisa se enquadra como aplicada, tendo em vista a base de informações coletadas a partir de gravações e respectivas transcrições de respostas dadas pelos entrevistados no período supracitado, sendo as entrevistas efetivadas conforme a disponibilidade dos participantes, com duração de aproximadamente 20 minutos cada.

Nesse sentido, as entrevistas foram estruturadas com perguntas abertas, considerando amostras intencionais não probabilísticas a partir do levantamento de três aspectos relativos ao contexto da APABG: a) identificação de possíveis ações/iniciativas do conselho gestor com reflexos positivos na dinâmica da atividade turística; b) levantamento dos principais entraves e dificuldades relacionados ao planejamento do turismo; e c) oportunidades de avanço da atividade turística no contexto da unidade.

Os aspectos identificados relativos aos itens “b” e “c” foram compilados em quadros para melhor organização das informações, evidenciando assim as questões de maior relevância apontadas pelos entrevistados.

Assim, das 17 instituições integrantes do conselho gestor, 11 se dispuseram a participar, estando estas descritas no quadro 2.

Quadro 2. Instituições participantes da pesquisa

1. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA/RN;
2. Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte – IGARN;
3. Gerência Regional do Patrimônio da União;
4. Poder Executivo Municipal de São José de Mipibu;
5. Poder Executivo Municipal de Nísia Floresta;
6. Representante da Associação Amigos da Lagoa do Bonfim;
7. Instituição de Ensino Superior e pesquisa científica (UFRN);
8. Organização Não Governamental Oceânica;
9. Organização Não Governamental Sociedade Terra Viva;
10. Representante do Setor Hoteleiro;
11. Sindicato dos Trabalhados Rurais de Nísia Floresta.

Fonte: Pesquisa de campo (2016; 2017)

Considerando esse universo, a técnica de análise definida para os dados coletados constituiu na análise de conteúdo visto focar tradicionalmente materiais textuais escritos, textos produzidos em pesquisas através das transcrições de entrevistas e de protocolos de observação (GIL, 2002), de modo a possibilitar a filtragem de respostas convergentes e relevantes entre os entrevistados.

4 Resultados da Pesquisa: Análise de campo – Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaráira e a concepções de análise do conselho gestor relativas ao turismo

A APABG foi criada em março de 1999 por meio do Decreto Estadual nº 14.369 e abarca uma longa faixa litorânea que é constantemente procurada para fins de lazer e turismo, em função da atratividade dos seus recursos naturais e beleza paisagística (IDEMA, 2020). Dentre as localidades de abrangência da área, estão seis municípios que a integram parcialmente apresentados no quadro 3:

Quadro 3. Municípios que compõem a APABG

Municípios	Representatividade de cada município na área da UC (%)
Nísia Floresta	62,86%
São José de Mipibu	17,14%
Tibau do Sul	11,43%
Arês	2,86%
Goianinha	2,86%
Senador Georgino Avelino	2,86%

Fonte: Rio Grande do Norte (2014)

Os municípios de Nísia Floresta e São José de Mipibu são os que mais ocupam áreas em extensão territorial, embora este primeiro, junto à localidade de Tibau do Sul, configure a maior representatividade na realização do turismo na APABG por disporem das principais estruturas,

equipamentos e serviços turísticos da área, bem como fluxos de visitação (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, 2014).

Desse modo, como questão preliminar ao levantamento da pesquisa, questionou-se aos entrevistados sobre a existência de possíveis iniciativas ou ações executadas pelo conselho gestor ao longo dos seus anos de atuação, que refletissem de maneira favorável ao turismo na APABG tendo em vista sua relação indissociável com o meio ambiente.

Dos 11 respondentes, 20% afirmaram não saber informar sobre a definição de ações com essa finalidade, enquanto 27% citaram como ação propositiva a elaboração gradativa do plano de manejo da área e 53% relataram desconhecer iniciativas dessa natureza por parte do órgão, como é posto em destaque na afirmação do Representante da Associação Amigos da Lagoa do Bonfim (2016):

Nenhuma ação com a finalidade de potencializar o turismo foi realizada, nem por parte do poder público, e nem por parte do conselho gestor, que mesmo querendo de fato trabalhar não tem condições suficientes. Somos impotentes, mesmo não sendo nossa culpa. Os órgãos responsáveis não dão a devida atenção aos problemas ocorridos.

Como justificativa dessa dinâmica, o Representante do IDEMA (2016) explicou que “as dificuldades desse processo estão relacionadas à falta de estrutura e de corpo técnico para conseguir um melhor desempenho na APABG, com o apoio do conselho gestor”. Corroborando com esse argumento, o Representante da Gerência Regional do Patrimônio da União (2017) afirmou que “os desafios encontrados são inerentes ao posicionamento de grupos com interesses diversos que nem sempre convergem”.

Na interpretação desses posicionamentos, vê-se que, apesar do caráter deliberativo do conselho gestor expressado por sua autonomia na tomada de decisão, o órgão detém de lacunas estruturais internas que atrapalham o avanço de ações assertivas ligadas direta ou indiretamente ao turismo na APA, mesmo havendo membros com poder de articulação local/regional que poderiam facilitar essa construção.

Observa-se que muito desse processo se deve ao fato de haver o histórico de morosidade no que tange à elaboração do próprio plano de manejo da área, uma vez que após a criação da unidade em 1999, a minuta do referido documento só passou a ser elaborada a partir de 2016, simbolizando significativa lacuna temporal.

Além disso, esse contexto se torna ainda mais profundo quando incorporado à visão apresentada pelo Representante do Setor Hoteleiro (2017), que enfatizou: “O turismo e como desenvolvê-lo não é o foco do conselho, não é um tema principal que interessa ao conselho, pois, este

surge como um aspecto secundário associado ao meio ambiente”. Entre as competências incumbidas ao conselho gestor de APA’s, previsto no SNUC (2000), estão a elaboração de documentos essenciais, interação com demais espaços territoriais protegidos, compatibilização de interesses dos diversos segmentos sociais para gestão compartilhada e proposição de ações para otimizar a relação com a população do entorno ou do interior das áreas.

Desse modo, embora se entenda que o turismo não constitua legalmente o eixo central do conselho gestor, acredita-se que essa colocação sinaliza uma visão limitada que desqualifica o papel do turismo enquanto prática social e também econômica, considerando que as transformações ocorridas no território não permitem tratar com separação as partes em influem em uma mesma lógica, como evidenciando por Cruz (2006), ao mencionar que relacionar o turismo a tudo que perpassa em um dado contexto em que faz parte é ter um olhar atento sobre o território e sua história, na busca constante de estabelecer equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento da atividade.

Assim, após esse levantamento inicial, os entrevistados elencaram como principais desafios e dificuldades no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo na APABG os seguintes aspectos:

Quadro 4. Desafios/dificuldades de planejamento e desenvolvimento do turismo na APABG conforme visão do conselho gestor

1. Falta de corpo técnico profissional qualificado nos municípios, como turismólogos, por exemplo.	2. Falta de capacitação dos profissionais do mercado turístico em atender as diferentes demandas;
3. Ausência do poder público no apoio aos pequenos empreendedores locais.	4. Falta de limpeza e organização das ruas (muitos ambulantes irregulares e invasão das praias por diferentes atores);
5. Invasão de terras privadas nas lagoas, incidindo em conflitos e havendo falta de fiscalização;	6. Utilização irregular de lanchas na baía dos golfinhos;
7. Grande quantidade de resíduos sólidos nas lagoas;	8. Preços inflacionados que destoam da qualidade do produto;
9. Falta de licenciamento para empreendimentos por parte dos municípios e dos órgãos responsáveis;	10. Falta de interesse por parte das agências de turismo em trabalhar em parceria com a população local para explorar melhor a história e as particularidades dos lugares;
11. Atividades recreativas com quadrículos nas lagoas, gerando denúncias e necessidade de intervenção dos órgãos locais responsáveis;	12. Falta de controle do fluxo de ônibus de turismo;
13. Dificuldades de operacionalização e falta de infraestruturas diversificadas que atendam aos turistas e as suas expectativas;	14. Falta de visão dos gestores dos municípios em considerar o turismo como fator importante da economia local;
15. Necessidade de entender o valor dos recursos naturais e sua utilização de forma adequada para a	16. Estradas em péssimas condições, acessos difíceis para algumas lagoas, falta de

geração renda;	fiscalização, falta de limpeza do lixo nas lagoas e necessidade de sinalização;
17. Falta de vontade política e envolvimento por parte das prefeituras que compõem a APA;	18. Diferentes interesses relacionados à pluralidade de terras públicas e privadas;
19. Conflitos na Praia de Búzios com à circulação de veículos (<i>buggys</i> , 4x4, quadriculos e carros particulares), colocando os banhistas em risco, bem como espécies de tartarugas.	20. Falta de competência da secretaria de turismo do Estado em função da inexistência de organização e articulação para potencializar e desenvolver a atividade turística;
21. Falta de interesse da população local em se inserir na dinâmica do turismo	22. Intensificação do turismo de massa em Pipa;
23. Trilhas em áreas de dunas e construções irregulares em áreas proibidas;	24. Caça clandestina, desvio de água, utilização das lagoas para necessidades humanas fisiológicas;
25. Passeios de <i>buggys</i> irregulares e falta de segurança.	26. Conflitos entre a atuação de empresários e a legislação ambiental vigente.

Fonte: Pesquisa de campo (2016; 2017)

De acordo com os 26 entraves apontados, as relações conflitantes e incipientes entre poder público, setor privado e populações locais constituem a base condicionante para a estruturação do turismo na APABG.

As respostas 1 e 2, apontam para a necessidade de qualificação profissional no mercado turístico e a formação de equipes técnicas para atuarem na linha de frente do setor nos municípios integrantes da APA. Essa percepção evidencia a importância do engajamento das comunidades em processos de capacitação, mediante o processo de inserção no mercado e no fortalecimento da prestação de serviços locais, tendo em vista que as estruturas turísticas dos municípios de Tibau do Sul e Nísia Floresta contabilizam juntos 525 estabelecimentos entre restaurantes, bares, meios de hospedagem, agências de viagem, centro de informação turística, locadoras de veículos e estabelecimento de entretenimento e lazer (SOLIMAR INTERNACIONAL, 2017), que podem ser trabalhados para favorecer o alcance dessa interação.

Para tanto, entende-se que há uma significativa parcela de responsabilidade do poder público no entremeio da relação mercado/população em criar alternativas de aproximação e assistência institucional para promover trocas efetivas que atendam as lacunas de interação como destacadas no quadro 4 e postas em destaque no item 10, especialmente acerca das parcerias entre agências de viagens e residentes.

Em relação aos pontos que convergem sobre as fragilidades nas condições estruturais de acesso, fiscalização, limpeza de ruas e lagoas, e sinalização (itens 8, 13 e 16), identificou-se, de maneira complementar nas entrevistas, que aspectos como desorganização do trânsito nas vias estreitas de Pipa e a insuficiência de saneamento básico (ambos em Tibau do Sul) aprofundam as dificuldades de avanço do turismo na APA (Figura 3).

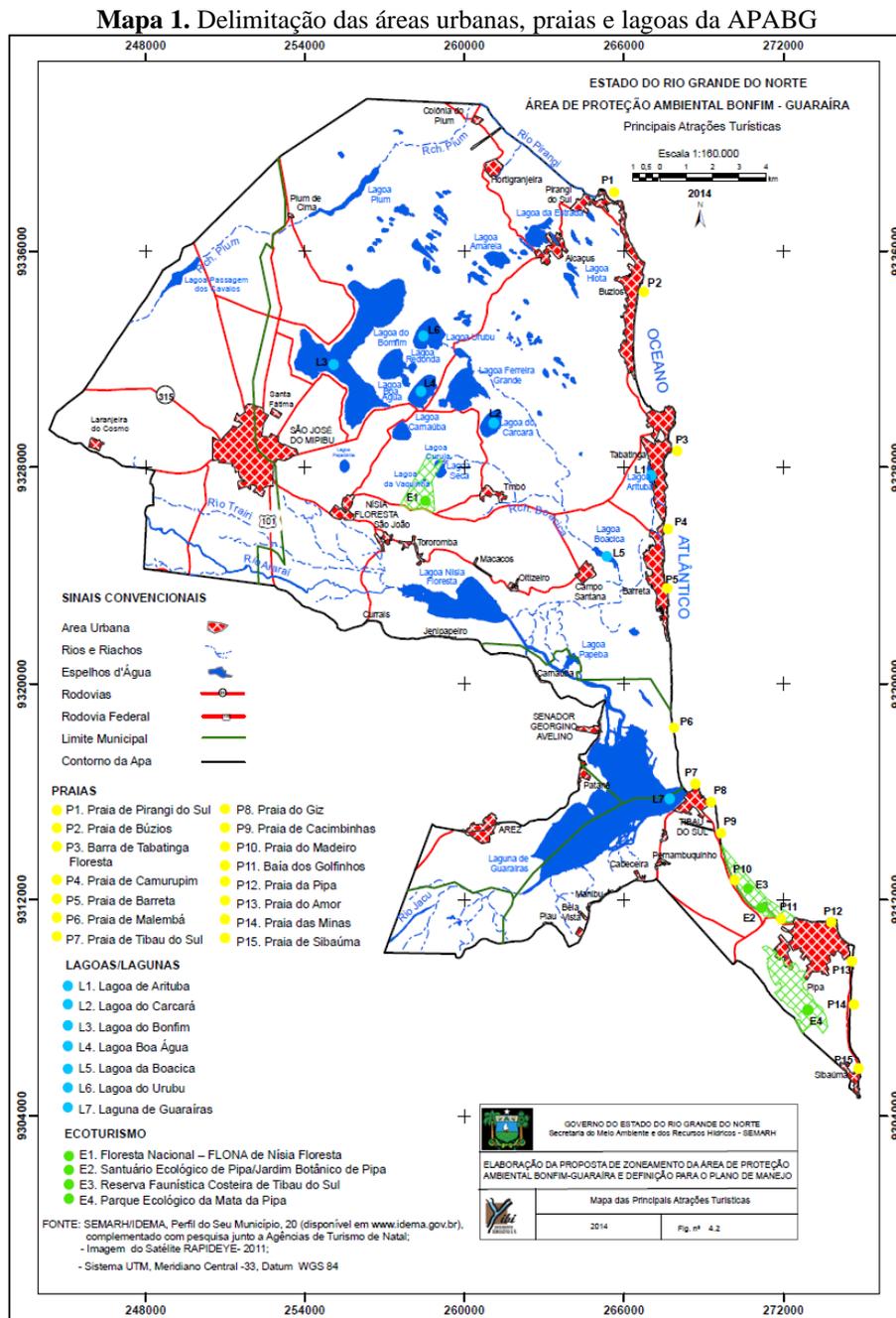
Desse modo, cumpre mencionar que tais desdobramentos se conectam ao distanciamento do poder público declarado nos itens 17 e 20, a exemplo das expressões “falta de competência” e “falta de vontade política” que denotam descrédito a atuação e articulação dessa esfera em favor da atividade turística.

Figura 3. Lançamento de esgoto a céu aberto por barracas de praia em Tibau do Sul/RN



Fonte: Rio Grande do Norte (2014)

Além disso, as questões expressas nos itens 22, 12, 19 e 25 que dão ênfase a intensificação do turismo, a circulação de *buggys*, veículos 4x4, quadriciclos, carros particulares e ônibus de turismo de maneira descontrolada na APABG, estão associadas diretamente a expansão urbana no entorno de praias e lagoas proporcionadas pela supervalorização e especulação imobiliária local cada vez mais crescente. Esse processo é apresentado no mapa 1, que identifica as áreas urbanas nas principais praias e lagoas da APABG quanto aos atrativos turísticos locais.



Fonte: SEMAHR (2014)

As áreas urbanas se estendem na zona litorânea da APABG concentrando-se nas praias de Pirangi do Sul, Búzios, Barra de Tabatinga, Camurupim, Barreta, Tibau do Sul e Pipa. De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental APABG (SEMARH, 2014), o trânsito de veículos em áreas de desovas de tartarugas marinhas pode prejudicar os ninhos, compactando a areia, atropelando filhotes e criando armadilhas causadas pelos sulcos na areia. Além disso, ocorrem modificações do

ecossistema e redução de espécies pelas construções de chácaras, segundas residências, loteamentos e exploração madeireira, entre outras, muitas vezes de maneira ilegal (como citado no item 9), incidindo pressões ao meio ambiente (SEMARH, 2014). Essas circunstâncias são expressas em maior profundidade nos relatos dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nísia Floresta e do IDEMA, respectivamente:

O turismo tem crescido de forma intensa, mas de forma desorganizada, a exemplo de Pipa onde o fluxo de demanda aumenta a cada ano. A APABG não tem bons espaços físicos, estradas, acessos de qualidade e pessoas qualificadas, de forma que a unidade não está preparada para esse ritmo crescente. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nísia Floresta, 2016).

Existem muitos conflitos ligados à realização de atividades e empreendimentos em áreas frágeis gerando fortes impactos. Os processos de uso e ocupação do solo são ligados aos modos em que as empresas realizam atividades, e estas não são adequadas em determinadas localidades. Os empresários não se mostram abertos ao diálogo com demais pessoas, grupos sociais ou entidades. Talvez, o fato da população local não entender onde está inserida e como tirar melhor proveito disso, seja um aspecto que facilite o surgimento de conflitos, de modo contrário, poderia ser direcionado atividades para um turismo de base comunitária, por exemplo, observando as necessidades e diagnosticando as possibilidades de benefícios nessa dinâmica. (Representante IDEMA, 2016).

Ambos os depoimentos apontam o despreparo estrutural e social da APABG em convergir seu potencial turístico em benefício próprio, a partir da mediação de problemas e na melhor interpretação de formas adequadas de uso dos espaços e na aproximação dos atores sociais locais.

No cerne desse descompasso, é determinante o papel das secretarias de turismo (municipal e estadual) em articular diretrizes de reorganização dos espaços e priorizar estruturas básicas de qualidade para receber visitantes e atender suas respectivas demandas, principalmente considerando que o município de Tibau do Sul atrai demandas significativas por se configurar como um dos principais destinos turísticos do estado pelo destaque internacional da Praia da Pipa (SEMARH, 2014).

Com isso, é imprescindível a criação de políticas públicas locais/regionais que se apliquem a realidade da área e tenham ampla força de coerção para serem trabalhadas coletivamente e não apenas como ações pontuais paliativas.

Há o reconhecimento, no entanto, conforme as informações dos entrevistados, de que seja possível transcender esses entraves em longo prazo mediante o trabalho conjuntos de diferentes *stakeholders* com foco nas particularidades culturais e ambientais da área, como especificado no quadro 5.

Quadro 5. Oportunidades para o planejamento do turismo na APABG – Visão do Conselho Gestor

1. Regularizar as atividades alinhadas ao meio ambiente e as tendências dos setores;
2. Trabalhar o turismo sustentável e disseminar informações sobre a APABG;
3. Valorizar os recursos naturais como um diferencial da região, de forma benéfica e não degradante;
4. Atuar junto a empresários que possam contribuir para alavancar o turismo;
5. Atentar para maiores cuidados com o ordenamento e a conservação das áreas protegidas, para futuramente iniciar um processo de organização do turismo e fazer dessa prática no meio ambiente uma possibilidade para atrair turistas e divulgar os atributos e particularidades da área, contribuindo para que as pessoas tomem conhecimento da causa e valorizem o turismo associado ao meio ambiente;
6. Explorar a realização do turismo ecológico;
7. Valorização do artesanato e demais atividades locais;
8. Gerar renda para a comunidade local a partir de empregos no setor de turismo;

Fonte: Pesquisa de campo (2016; 2017)

Nas proposições descritas são apontados como possíveis alternativas de melhor organização e planejamento do turismo na APABG: ações com foco na valorização dos recursos naturais e atividades locais como o artesanato (inerente à cultura e identidade local), a adoção de práticas recreativas sustentáveis voltadas ao turismo ecológico e a definição de parcerias com empresários atuantes no setor turístico, como formas para fortalecer as bases de gestão da unidade e facilitar o alcance de objetivos futuros.

Portanto, considerando os relatos e o contexto dos desafios apresentados, acredita-se que as estratégias sugeridas a seguir podem auxiliar na mitigação dos entraves e maximizar o planejamento do turismo na APABG:

- Cogestão adaptativa - trabalho conjunto gradativo e de parcerias flexíveis entre as partes (poder público, setor privado e populações locais), para articular em médio e longo prazo um modelo de governança que considere o viés corporativo (objetivos das empresas na APABG), gerenciamento político institucional (ações de competências das secretarias de turismo, meio ambiente e do próprio conselho gestor, por entender este como parte essencial na orientação da atividade turística), e canais de comunicação claros e acessíveis para a população (a exemplos de reuniões participativas constantes e a criação de uma plataforma virtual com informações da APA que priorize a troca de diálogo, dados sobre empresas, solicitações e sugestões diversas, denúncias de crimes ambientais, especificação de atividades recreativas etc.);
- Fiscalização de atividades recreativas e atuação de empresas – visando observar e orientar práticas turísticas e formas de uso dos espaços;
- Monitoramento da expansão urbana – por meio de sistemas de informações geográficas;
Capacitações técnicas e profissionais – tendo como público alvo a população (no direcionamento do mercado e de boas práticas de hospitalidade e sustentabilidade), membros do conselho gestor e

servidores públicos ligados diretamente ao contexto turístico e ambiental, no aperfeiçoamento do conhecimento e práticas institucionais.

5 Considerações Finais

Os resultados alcançados na presente pesquisa demonstraram a influência de práticas e pressões antrópicas no contexto do turismo e do meio ambiente na APABG, contribuindo para o acirramento de problemas socioambientais e socioespaciais. Ficou evidente que os desafios da área adquirem centralidade pela inação do poder público e na ocorrência de práticas desordenadas (inclusive da própria atividade turística) sem a devida fiscalização, desencadeando uma série de cenários conflitivos.

Nota-se que o crescimento aleatório de áreas urbanas é uma das questões de maior complexidade e que a forma com que o turismo está sendo operacionalizado por agentes dos setores público e privado aumenta ainda mais os impactos negativos da APA e a distanciam de um possível direcionamento qualitativo e integrado da atividade. De forma complementar, vê-se que há certa miopia em considerar o turismo como um aspecto secundário a ser tratado na unidade (conforme foi citado por um dos entrevistados), já que este é um dos principais “motores” econômicos e prática social local.

Apesar de serem relatados meios para redefinir o contexto das dificuldades da área a partir da indicação de oportunidades para o bom planejamento do turismo, não foram identificados posicionamentos críticos ou proativos dos entrevistados em relação às influências desses desdobramentos na vida cotidiana das populações locais, preocupação com a possibilidade de descaracterização da identidade dos lugares (principalmente Tibau do Sul e Nísia Floresta), nem mesmo iniciativas mais detalhadas semelhantes às etapas do modelo de planejamento sustentável do turismo de Santos, Abreu e Ferreira Junior (2010) anteriormente posto em destaque.

Tal realidade transparece a força que modelos essencialmente economicistas exercem nos espaços em detrimento a práticas sustentáveis, demonstrando a maneira facilitada com que se sobrepõem ao cumprimento de normas e leis, a exemplo do SNUC. Além disso, a falta de um plano de manejo permanente na APABG amplia as lacunas de reestruturação de aspectos envoltos ao meio ambiente, como a degradação de ecossistemas e negligências para com a capacidade de carga dos espaços. Mesmo com todo o potencial ambiental da APABG, a articulação entre as partes interessadas (poder público, setor privado, populações, ONGs etc.), ainda é condição primária para o avanço de etapas qualitativas do turismo, e isso indica a necessária mudança de postura e de pensamento no que

tange ao papel da atividade na área e sua forma de condução, o que requer a aplicabilidade de políticas públicas melhor direcionadas.

Assim, esse viés de abordagem pode contribuir para compreensão do fenômeno turístico em outras áreas protegidas, de modo a diagnosticar desafios (sejam econômicos, ambientais, político-territoriais e/ou culturais) e possibilitar a reflexão sobre definições de alternativas de planejamento que apoiem a realização de outras pesquisas sobre os impactos e oportunidades do turismo em APA's, de modo a representar um caminho na direção da consolidação de processos de desenvolvimento comprometidos com a conservação, boas experiências turísticas e bem estar das populações residentes.

Referências

BOO, E. **Ecoturism: the potentials and pitfalls country case studies**. 1. ed. [s.l.] World Wide Fund for Nature, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.985, 18 julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em 20 jan. 2016.

BREVES, G. S. DE S. et al. **Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais : resultados de 2019 e breve panorama histórico**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2020.

CRUZ, R. C. A. Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, v. 1, p. 337-350, 2006.

CRUZ, R. C. A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. Développement inégal et tourisme au Brésil Uneven development and tourism in Brazil. **CONFINS**. Paris, v. 1, p. 1-28, 2018.

FARRELL, B. H.; MCLELLAN, R. W. Tourism and physical environment research. **Annals of Tourism Research**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 1–16, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDEN KRONER, R. E. et al. The uncertain future of protected lands and waters. **Science**, [S.l.], v. 364, n. 6443, p. 881–886, 2019. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/364/6443/881> Acesso em 04 mai. de 2020.

HOSAKA, A. M. S. Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituas. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van Meene (Orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010, p. 263-300.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ICMBio. **Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018**. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018>. Acesso em 15 mai. 2019.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE /IDEMA.

Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaráira. Natal, RN, v. 1, 2020. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000246507.PDF> . Acesso em 24 mar. 2021.

JOLY, C. A. et al. **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade & Serviços Ecossistêmicos.** [s.l.: s.n.]. Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, 2019. Disponível em: https://www.bpbes.net.br/wp-content/uploads/2019/09/BPBES_Completo_VF-1.pdf . Acesso em 05 mai. 2020.

MANDIĆ, A. Nature-based solutions for sustainable tourism development in protected natural areas: a review. **Environment Systems and Decisions**, [S.l.], 2019, v. 39, n. 3, p. 249–268.

MEDEIROS, R. et al. **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional**, Brasília: UNEP-WCMC, 2011, p. 6-7.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** 2020. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em 2 mai. 2020.

OLIVEIRA, J. P. SANTOS JÚNIOR, O. D. Infraestrutura viária e turismo em unidades de conservação. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van Meene (Orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.** Barueri: Manole, 2010, 226-262.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

PADDTRACKER. **Processos de Alterações de Áreas Protegidas.** Disponível em: <https://www.paddtracker.org/>. Acesso em 02 de maio de 2020.

WHITE, R. HECKENBERG, D. **Green Criminology: an introduction to the study of environmental.** 1ª ed. New York: Routledge, 2014.

WORLDWIDE FUND FOR NATURE. **PADD em Unidades de Conservação na Amazônia:** Mapeamento e análise das tendências de redução, recategorização e extinção de unidades de conservação no bioma, 2019. Disponível em: https://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/paddunidadesconservacaoamazonia_final.pdf Acesso em 2 mai. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS/SEMARH. **Elaboração da proposta de zoneamento da Área de Proteção ambiental Bonfim-Guaráira e definição de Diretrizes para o Plano de Manejo - Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico.** Rio Grande do Norte. Relatório da Empresa Ibi Engenharia Consultiva S/S, 2014.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papyrus, 1997.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 27–35, 2005.

SANTOS JÚNIOR, O. A. **Dilemas e Desafios da Governança Democrática**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

SANTOS, S. R. DOS; ABREU, L. R. DE; FERREIRA JÚNIOR, P. P. **Turismo Sustentável em Áreas de Proteção** – o Caso de Cururupu (MA) e Bonito (MS). In: VII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/166.pdf>. Acesso em 5 mai. 2020.

SANTOS, H. Q. S.; OLIVEIRA, S. D.; PASSOS, F. V. DE A. A percepção do visitante na cachoeira Véu das Noivas — Parque Estadual do Cunhambebe – RJ. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Duque de Caxias, v. 13, n. 2, p. 77–99, 2019.

SOUZA, T. V. S. B. SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira** - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017. ICMBio, Brasília, 2018. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuicoes_economicas_turismo_2018.pdf. Acesso em 7 mai. 2020.

SOLIMAR INTERNACIONAL. **Planejamento estratégico e marketing para o turismo do Rio Grande do Norte**: estudoda oferta - produto 1. [s.l: s.n.] 2017. Disponível em <http://setur.rn.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PRODUTO-8-RELAT%C3%93RIO-S%C3%8DNTENSE.pdf> . Acesso em 5 mai. 2020.